

Divida Externa

Dinheiro na mesa

Desde o dia em que o presidente Fernando Collor concordou, sem consultar seus ministros, em pagar neste ano US\$ 50 milhões, seguidos de outros 50 em 1991 ao governo japonês, percebeu-se que já não existia um pensamento comum entre a equipe governamental no que respeitava à solução do problema da dívida externa. A simples leitura do noticiário mostra que entre nosso negociador oficial e outros membros do governo, especialmente o presidente do Banco Central, existem profundas divergências. Todavia, sabem os bancos credores diante da nova proposta brasileira que estamos na obrigação de pagarmos algo dos juros atrasados e teremos de negociar com eles um programa bem diverso daquele apresentado inicialmente. Com "o dinheiro na mesa", conforme diz um dos credores, os bancos estão prontos a negociar sem perder a iniciativa dos entendimentos.

Já estamos admitindo pagar agora US\$ 940 milhões dos juros atrasados: impõe-se-nos, porém, ampliar tal entrada. A transformação em bônus de 15 anos (com cinco de carência) desses juros representa apenas a base de uma renegociação em que teremos de ceder algo. Os bancos poderão aceitar a tese da capacidade

de de pagamento, desde que no quadro de uma profunda revisão da proposta inicial do Brasil e da igualmente profunda modificação dessa capacidade.

Não entendem os credores que a nossa capacidade de pagamento (uma derivada do superávit primário nas contas públicas), possa descer de 2,3% do PIB em 1990 e de 2,4% em 1991 para apenas 1,1% nos anos seguintes, o que mostra o nosso escasso empenho em melhorar as contas públicas, mais ainda quando se verifica que no contexto de uma renegociação ortodoxa o México dispõe de um superávit primário de 7% do PIB. Esse conceito deveria ser dinâmico, sendo inadmissível que o governo brasileiro o encare com tanta displicência, especialmente quando se trata de um valor que dita o montante do serviço da dívida externa.

Sem negociação, cumpriria ao Brasil dispor de um excedente da balança comercial de US\$ 19 bilhões por ano nos quatro próximos exercícios. São indispensáveis, assim, um crédito stand by do FMI, um reescalonamento da dívida com o Clube de Paris e uma retomada dos empréstimos do Banco Mundial. Tudo depende do acordo com os bancos. E nisso estamos perdendo muito tempo em nome da empáfia dos nossos negociadores.

ESTADO DE SÃO PAULO

23 NOV 1990